

Território, patrimônio cultural e bioética: diálogos por uma perspectiva decolonial

Barros, Flora Campos

Mestranda no programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN
flora.campos@iphan.gov.br

Tomasini, Ana Júlia

Doutoranda na Cátedra Unesco de Bioética – Universidade de Brasília

David, Renata Bernardes

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

PALAVRAS CHAVE: Território, Patrimônio Cultural, Bioética, Bioética de Intervenção, Decolonialidade.

Introdução: Para o Geógrafo Milton Santos, o território é formado na interação de fluxos e fixos, em uma relação entre aspectos físicos, sociais e simbólicos. Nessa perspectiva o território não é isento nas relações de poder, ao contrário, é no espaço e tempo que as situações da vida se desenrolam através do cotidiano, no espaço geográfico de produção e reprodução da vida. Na modernidade, atual fase da globalização, se pretende unificar o discurso, as formas de pensar, ser, vestir, querer e amar, em busca de uma universalidade. Esta unificação se dá a partir de um discurso capitalista com padrão eurocêntrico, que considera os países ditos desenvolvidos como espelhos para todos os outros, negando ou não considerando as especificidades socioterritoriais, pretendendo nos universalizar e nos tornar mais vendáveis ao mercado, mas sempre nos separando enquanto seres sociais em nossas diferenças. Também as questões morais são herdadas, se produzem, se difundem e se manifestam na vida das pessoas, em um processo de apropriação e produção do território, sendo que a política de Patrimônio é um importante instrumento para sua (re)produção. Os bens patrimoniais, essenciais às formações de Estado, podem ser reconhecimento e construtos de uma relação de pertencimento territorial ou podem servir de marcos impostos, onde a memória é (re)construída a partir de relações de poder entre a lembrança e o esquecimento. Nessa perspectiva, a atribuição de valor aos patrimônios revela forças e identidades em conflito e construção nos territórios. Assim, através da correlação entre a modernidade, na lógica da globalização perversa, o território e as territorialidades, vemos a patrimonialização como reveladora das perspectivas homogeneizadoras ou das especificidades num campo conflituoso de valores. As pessoas se entendem, em suas histórias e questões morais, de formas diferenciadas de acordo com seus costumes familiares, suas crenças pessoais, culturais e suas territorialidades. Desta forma, o

pertencimento, as identidades, a moralidade e as significações são diversas em um território, o que nos leva a pensar no papel da patrimonialização na construção de memória e das territorialidades, na busca de uma ética do território que respeite a pluralidade moral. **Método:** O método utilizado no presente trabalho foi de revisão bibliográfica da categoria espacial Território do geógrafo Milton Santos e da Bioética de Intervenção de Volnei Garrafa, correlacionando-os com o conceito de Direitos Culturais de Rossano Lopes Bastos na busca de interpretar a política patrimonial brasileira sob a ótica decolonial referenciada em Aníbal Quijano. **Resultados:** A análise do patrimônio por essas perspectivas demonstra a importância da relação do território e da bioética de intervenção para a pluralidade, representatividade e para o processo ético da construção do patrimônio cultural. **Conclusões:** É necessária aproximação dos diálogos entre patrimônio, território e bioética em vista de possibilitar uma moralidade ética comprometida com a pluralidade cultural, tendo os bens patrimoniais como vetores e promotores da mudança social.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos aos nossos Programas de Pós-graduação, que possibilitam o envolvimento e dedicação para discutir os temas apresentados neste artigo.

REFERÊNCIAS

- [1] Bastos, R. L. Patrimônio, Memória, Direito Cultural e Território. In: NOGUEIRA, J. C.; NASCIMENTO, T. T. DO (Org.). Patrimônio cultural, territórios e identidades. Florianópolis: Atilênde, 2012
- [2] Garrafa V. De uma “bioética de princípios” a uma “bioética interventiva” crítica y socialmente comprometida. Rev Argent Cir Cardiovasc. 2005;3(2):99-103
- [3] MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 38, 2008.
- [4] QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 27.
- [5] SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 26ª Ed: Record, 2000.